REDE DE AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS

Roteiro para Avaliação dos Planos Diretores

Nome do pesquisador: **Cláudia Câmara, Fernanda Costa, Gladis Jacobsen.**

E-mail e telefone de contato: **genesiscoop@yahoo.com.br**

Município: **Monteiro**

Número da lei: **Lei Complementar n° 007/2006**

Data da aprovação do Plano Diretor: **09/10/2006**

Estado: **Paraíba**

A. Informações gerais do município.

1. Caracterização socio-demográfica e econômica do município. Para essa caracterização podem ser utilizadas fontes secundárias (dados IBGE) e o próprio diagnóstico utilizado no Plano Diretor. Além disso, se possível, buscar situar o contexto sócio-político no qual o Plano Diretor foi elaborado.

O município de Monteiro está situado na Microrregião do Cariri Ocidental, na Mesorregião da Borborema, a sede possui altitude de 599 m, e dista da capital, João Pessoa, 263,1km. Sua Área é de 1.009,9 km².

Segundo dados da contagem do IBGE em 2007 a população no município era de 29.980, deste total, 62,69% da população residente se concentrava na área urbana e 37,31 na área rural.

No período 1991-2000 a população de Monteiro teve uma taxa média de crescimento anual de 0,27 % passando de 27.052 em 1991 para 27.687 em 2000. ¹

a) população urbana e rural (Contagem 2007 – IBGE) e sua evolução nos últimos 20 anos.

b) evolução da PEA por setor nos últimos 10 anos.

c) estratificação da população por renda e sua evolução nos últimos 10 anos.

Tabela 1 – Monteiro - População urbana e rural e sua evolução nos últimos 20 anos.

POPULAÇÃO	1991	2000	2007*
URBANA	14.655 hab.	16.684hab.	hab.
RURAL	12397 hab.	11.003 hab.	hab.
TOTAL	27.052 hab.	27.687 hab.	29.980 hab.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e Contagem 2007.

A taxa de urbanização no município apresentou pequeno crescimento nas ultimas duas décadas passando de 54,17% em 1991 para 62,69 em 2007 como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Monteiro: Taxa de Urbanização

	1991	2000	2007
TAXA			

¹ Fonte Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – Perfil Municipal

URBANIZAÇÃO(%)	54,17%	60,26%	62,69%
-----------------------	--------	--------	--------

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e Contagem 2007.

Em 2000, a população economicamente ativa (PEA) era de 22.320 pessoas e a população ocupada concentrava-se principalmente no setor agropecuária (39,02%). Também se diferenciavam o percentual de pessoas ocupadas no comércio (11,16%) e os prestadores de serviços (12,51%).

Tabela 3 – Monteiro: População Ocupada (IBGE, 2000)

OCUPAÇÃO	% PESSOAS
Total	100,00
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e de pesca	39,02
Indústria de transformação	6,40
Indústria da construção civil	4,39
Outras atividades industriais	0,93
Comércio de mercadorias	11,16
Transporte e comunicação	3,72
Serviços auxiliares da atividade econômica	1,10
Prestação de serviços	12,51
Social	8,49
Administração pública	7,37
Outras atividades	4,91

Dados de 2000 - Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA - www.ibge.gov.br)

O Município apresenta renda per capita média inferior ao salário mínimo² e aumentou entre 1991 e 2000. O percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho diminuiu na década. Cresceram as rendas provenientes das transferências governamentais. A Tabela 4 apresenta esses percentuais.

Tabela 4 – Monteiro: Estratificação da população por renda

Renda%	1991	2000
PERCENTUAL DA RENDA PROVENIENTE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO	72,93%	59,04%
PERCENTUAL DA RENDA PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	16,72%	23,87%
PERCENTUAL DE PESSOAS COM MAIS DE 50% DA SUA RENDA PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	15,83%	23,92%
RENDA PER CAPITA	67,41	113,57

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

² Esse dado considera o ano de Referência da pesquisa em 2000. Em 03/04/2000 o salário Mínimo correspondia a R\$151,00 (cento e cinquenta e um reais).

Conforme Censo 2000 91,41% da população economicamente ativa acumulava rendimentos nominais mensais de até 2 salários mínimos. Sendo que 43,48% dessa população não tinham rendimentos em 2000. A Tabela 5 apresenta esses percentuais.

Tabela 5 – Monteiro - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal - 2000.

Classes de rendimento nominal mensal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Percentual)
Total	22.320	100,00
Até 1/4 de salário mínimo	489	2,19
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	1.449	6,49
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	6.158	27,59
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2.602	11,66
Mais de 2 a 3 salários mínimos	818	3,67
Mais de 3 a 5 salários mínimos	549	2,46
Mais de 5 a 10 salários mínimos	353	1,58
Mais de 10 a 15 salários mínimos	106	0,48
Mais de 15 a 20 salários mínimos	22	0,10
Mais de 20 a 30 salários mínimos	19	0,08
Mais de 30 salários mínimos	49	0,22
Sem rendimento	9.705	43,48

Fonte: IBGE - Censo Demográfico-2000

A Tabela 6 mostra que as condições de apropriação da renda por extratos da população entre 1991 e 2000 acentuaram as desigualdades no município. Os 20% mais pobres se apropriam de apenas 2,3% dos rendimentos, enquanto os 20% mais ricos se apropriam de 61,6% dos rendimentos totais.

Tabela 6 – Monteiro - Porcentagem da renda apropriada por extratos da população 1991/2000

População	1991	2000
20% mais pobres	3,6	2,3
40% mais pobres	11,2	8,7
60% mais pobres	22,7	19,6
80% mais pobres	48,4	38,4
20% mais ricos	51,6	61,6

Fonte:Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

d) déficit habitacional e déficit de acesso aos serviços de saneamento ambiental.

Apesar de possuir população superior a 20.000 habitantes o Município não foi contemplado no levantamento realizado pela Fundação João Pinheiro.

SNH/ Ministério das Cidades produziu documento que apresenta estimativa de déficit Habitacional para municípios com população abaixo de 20 mil habitantes em área urbana (ano base: FJP/ IBGE, 2000). Para Monteiro este déficit estimado é de 859 domicílios. (www.cidades.gov.br/estimativadeficit)

2. Localização do município em tipologia a ser utilizada na metodologia de avaliação. Utilizaremos

(i) a tipologia municipal produzida pelo Observatório das Metrôpoles (trabalho coordenado pela Tânia Bacelar) e reformulada pela Ermínia Maricato para o Planab.

H - Centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza

(ii) a tipologia produzida pelo Observatório sobre o grau de integração dos municípios às metrôpoles, especificamente para os municípios situados em regiões metropolitanas.

Município não integrante da Região Metropolitana

3. Solicitar a prefeitura/câmara os diagnósticos/estudos que subsidiaram a elaboração do Plano Diretor, caso estes estejam disponíveis.

Não obtivemos os diagnósticos/estudos que subsidiaram a elaboração do Plano Diretor.

4. Verificar se o município já possuía Plano Diretor antes da elaboração deste.

Não consta informação acerca da existência de Plano Diretor anterior.

5. Ao final da leitura do Plano Diretor, com foco nos aspectos elencados nesse roteiro, solicita-se uma avaliação sintética, buscando refletir sobre o sentido geral do Plano, procurando responder às seguintes questões:

(i) Conteúdo: O Plano apresenta uma estratégia econômica/sócio-territorial para o desenvolvimento do município? Quais são os elementos centrais desta estratégia? Caso não apresente uma estratégia de desenvolvimento econômico/sócio/territorial, qual é o sentido do plano?

O PD apresenta uma estratégia econômica/sócio territorial para o desenvolvimento do município. Os elementos centrais desta estratégia estão presentes no ordenamento territorial que consiste na organização e controle do uso e ocupação do solo, de modo a evitar e corrigir as distorções do processo de desenvolvimento através do macrozoneamento e do zoneamento propriamente dito. No caso do Município de Monteiro, consta do PD um zoneamento baseado nas características físico-ambientais do território, além de um zoneamento por usos, definido no § 1º, do artigo 77, o que deverá

acarretar uma superposição de zoneamento, reforçando a idéia de uma estratégia econômica/sócio territorial para o município.

(ii) Linguagem: Verificar se o plano traz um glossário ou um documento explicativo. Verificar se a linguagem predominante no plano, é excessivamente técnica, dificultando sua compreensão pela população, ou se procura uma linguagem mais acessível.

Consta do artigo 19 do PD. A linguagem não é demasiado técnica, entretanto, não é acessível a toda a população.

(iii) Relação do Plano Diretor com o Orçamento Municipal. Verificar se o plano define prioridades de investimentos, relacionando-as ao ciclo de elaboração orçamentária subsequente.

Contemplado no artigo 3º do PD, abaixo transcrito:

Art. 3º. O Plano Diretor é o instrumento básico da Política de desenvolvimento urbano do Município e integra o processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual incorporarem e obedecerem às diretrizes e às prioridades nele contido.

(iv) Relação entre o Plano Diretor e o PAC ou outros grandes investimentos. Caso o município seja atingido por algum investimento importante em infraestrutura de logística/energia, avaliar se o Plano Diretor leva em consideração estes investimentos e seus impactos.

O PD não menciona investimentos em infraestrutura de logística/energia ou impactos desses investimentos no seu território.

B. Acesso a terra urbanizada

Os objetivos da avaliação estarão centrados nos seguintes aspectos:

a) detectar que diretrizes do Estatuto da Cidade foram reproduzidas nos textos do PD

Algumas das diretrizes do Estatuto da Cidade foram reproduzidas no texto do PD, especificamente no artigo 7º abaixo transcrito:

Art. 7º A Política de desenvolvimento municipal deve se pautar pelos seguintes princípios:

- I – função social da cidade;
- II – função social da propriedade;
- III – sustentabilidade;
- IV – gestão democrática e participativa.

b) apontar diretrizes que, embora não reproduzam o texto do Estatuto, se refiram como objetivos ou diretrizes do plano aos seguintes temas:

-Garantia do direito à terra urbana e moradia.

Contemplado no artigo 8º abaixo transcrito:

Art. 8º. As funções sociais da cidade correspondem ao direito à cidade para todos os habitantes, o que compreende os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à cultura e ao lazer.

-Gestão democrática por meio da participação popular.

Contemplado no artigo 10º abaixo transcrito:

Art. 10º A gestão democrática incorpora a participação dos diferentes segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento da Política de Desenvolvimento Municipal.

-Ordenação e controle do uso e ocupação do solo de modo a evitar a retenção especulativa de terrenos.

Contemplado no inciso V do Art. 17 abaixo transcrito:

Art. 17. São objetivos específicos do Plano Diretor de Monteiro:

.....

V – prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana e coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

.....

-Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

Contemplado na alínea d do inciso II do Art. 5º abaixo transcrito:

Art. 5º. São objetivos gerais do Plano Diretor de Monteiro:

.....

II – garantir:

.....

d- A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana.

-Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos.

Não contemplado no PD

-Regularização Fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.

Não contemplado no PD

Questões centrais:

I. A Função Social da Propriedade

1. O Plano estabelece como objetivo ou diretriz o cumprimento da função social da propriedade? De que forma?

Contemplado na alínea b do inciso II do Art. 5º abaixo transcrito:

Art. 5º. São objetivos gerais do Plano Diretor de Monteiro:

.....

II – garantir:

.....

b- a função social da propriedade urbana, prevalecendo esta função sobre o exercício do direito de propriedade individual .

II. Controle do Uso e Ocupação do Solo

1. O Plano estabelece macrozoneamento? Da zona urbana e rural?

Contemplado no artigo 66 abaixo transcrito:

Art. 66. Consideram-se Macrozonas, descritas no Anexo 1 e delimitadas no anexo 2, Mapas 3 e 4, - o macrozoneamento do Município de Monteiro, integrante desta Lei Complementar, da seguinte forma:

I – Macrozona Urbana, subdividida em:

- a) Zona não adensável;
- b) Zona de Adensamento Básico;
- c) Zona Adensável;
- d) Zona Especial I;
- e) Zona Especial II;

II – Macrozona Rural I

III– Macrozona Rural II

IV – Macrozona Rural III.

Parágrafo Único: Zona Urbana do município fica dividida em 11 bairros, representados no anexo 2, Mapa 6.

2. Estão definidos os objetivos do macrozoneamento? Quais?

Contemplado no artigo 64 abaixo transcrito:

Art. 64. O Macrozoneamento fixa as regras fundamentais de ordenamento do território e tem como objetivo definir diretrizes para utilização dos instrumentos de ordenação territorial e de zoneamento de uso e ocupação do solo.

3. O macrozoneamento está demarcado em mapas? Delimitado por perímetros?

Encontram-se descritas no Anexo 1 e delimitadas no anexo 2, Mapas 3 e 4 do PD,

4. Além do Macrozoneamento o plano estabelece alguma outra forma de regulação do uso e ocupação do solo ou remete a uma revisão/elaboração de lei de uso e ocupação do solo?

O PD estabelece o zoneamento da Macrozona Urbana no seu artigo 66, acima transcrito,

III. Perímetro Urbano e Parcelamento do Solo

1. O Plano estendeu (ou diminuiu) o perímetro urbano? Criou alguma regra para a extensão do perímetro? Qual?

Mencionado no artigo 65 abaixo transcrito:

Art. 65 A delimitação e a ampliação dos perímetros urbanos será objeto de lei específica integrante deste Plano Diretor.

2. O plano incluiu regras para o parcelamento do solo urbano ou remeteu para legislação específica? Criou regras específicas para parcelamento de interesse social?

O PD contempla diretrizes gerais para o parcelamento do solo nos artigos 79 a 88.

3. Identificar a previsão de área de expansão urbana e sua definição.

Não contemplado no PD

4. Verificar se o plano estabelece que os novos loteamentos devam prever percentuais para área de habitação de interesses social.

Atenção: Caso este tema não seja tratado no próprio plano, avaliar a lei de parcelamento do solo em vigor. Indicar se o plano prevê a revisão desta lei e em que prazo.

Não contemplado no PD.

IV. Coeficientes e Macrozonas:

1. Verificar quais são os tipos de zona e/ou macrozonas definidos no Plano.

O macrozoneamento encontra-se definido no artigo 66 acima transcrito.

2. Definição de coeficientes de aproveitamento básico e máximo (se não forem definidos esses coeficientes, verificar quais são os parâmetros utilizados para o controle do uso e ocupação do solo).

O PD conceitua os Coeficientes ou Índices de Aproveitamento Único e Máximo nos incisos XXXIII e XXXIV do artigo 19 abaixo transcrito:

Art. 19. Para os efeitos desta lei, da legislação que lhe é pertinente e de seus regulamentos, consideram-se as seguintes definições:

.....

XXXIII Coeficiente ou Índice de Aproveitamento Único – É o coeficiente ou índice aplicável à cidade, além do qual se estabelece o solo criado;

XXXIV – Coeficiente ou Índice de Aproveitamento Máximo – é o coeficiente ou índice aplicável a uma determinada zona da cidade, que limita a área máxima edificável em um lote ou gleba;

.....

3. Definição do que é subutilização, não utilização e terreno vazio.

Contemplado no parágrafo 1º do artigo 111 abaixo transcrito:

Art. 111º. Lei Municipal específica definirá as áreas em que incidirá a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

§ 1º Considera-se subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido na lei de uso e Ocupação do Solo.

4. Definição de como se calculam os coeficientes de aproveitamento.

Não explicitado no PD.

5. Definição das macrozonas e/ou zonas e seus coeficientes e/ou parâmetros de utilização.

O PD define o macrozoneamento, e o zoneamento da Macrozona Urbana no artigo 66 acima transcrito. Define também coeficiente de aproveitamento diferenciado por zona nos artigos 67 a 72 do PD.

6. Identificar o estabelecimento de zoneamento e políticas específicas para as áreas centrais e sítios históricos.

O PD contempla a área central da cidade, as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e os Imóveis Especiais de Preservação, nos artigos 138, 139 e 140, respectivamente.

7. Identificar o estabelecimento de zoneamento específico para áreas de proteção ambiental.

Contemplado nos zoneamento descrito no artigo 66 já transcrito e definido artigo 73 abaixo transcrito:

Art. 73. As **Zonas Especiais** – Zes – constituem as áreas sensíveis e de interesse ambiental, as quais devem formar parques urbanos, pelas áreas de preservação ecológica, em suas várias modalidades, pelas faixas de preservação e proteção de todos os recursos hídricos incidentes no território da Cidade de Monteiro.

§ 1º A **Zona Especial I** corresponde a área do Parque Santa Terezinha, antigo Açude Público, localizado no perímetro urbano do município.

§ 2º A Zona Especial II corresponde ao curso do Rio do Meio (nascente do Rio Paraíba) e sua margem norte

V. ZEIS

1. Definição de tipos de ZEIS.

O PD contempla ZEIS e define os tipos de ZEIS nos seus artigos 130 e 131, abaixo transcrito:

Art. 130. A ZEIS I tem as seguintes características peculiares:

I – são áreas ocupadas por população de baixa renda, abrangendo assentamentos espontâneos, loteamentos irregulares, loteamentos clandestinos e empreendimentos habitacionais de interesse social.

II – carecem de promoção de regularizações urbanística e jurídico-fundiária;

III – imprimem diminuição de pressão imobiliária e comercial sobre as famílias de baixa renda moradoras dessas áreas.

Art. 131. A ZEIS II – de natureza transitória, tem as seguintes características peculiares:

I – são áreas ocupadas por população de baixa renda, com características ambientais que não possibilitem a sua consolidação, havendo necessidade e interesse público em promover o reassentamento.

II – dependem da eliminação das situações de risco;

III – carecem de garantia de moradias e de condições de inserção sócio-econômica e cultural para a população a ser reassentada;

IV – necessitam de requalificação urbanístico ambiental.

2. Definição da localização em mapa, ou coordenadas ou descrição de perímetro.

Não consta do PD.

3. Definição da população que acessa os projetos habitacionais nas ZEIS.

Consta do artigo 128 abaixo transcrito e também contemplado na Política Municipal de Habitação (§ 2º do artigo 40):

Art. 128. As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS – são parcelas do território municipal destinadas à regularização urbanística e jurídico-fundiária e à promoção de Habitação de Interesse Social para a população de baixa renda

4. Definição de tipologias habitacionais em ZEIS.

Contemplado no § 2º do artigo 40 abaixo transcrito:

Art. 40. A Política Municipal de Habitação deve estar em concordância com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, e com o Estatuto da Cidade que estabelece a função social da propriedade, garantindo a população de baixa renda, o acesso a habitação digna.

§ 1º O Município assume a responsabilidade pela Política Municipal de habitação de forma concorrente aos demais entes federados.

§ 2º é caracterizada:

I – como baixa renda quando a renda familiar estiver na faixa até três salários mínimos;

II – como habitação digna aquela com área não inferior a 32 m² (trinta e dois metros quadrados), composta minimamente por, sala quarto, banheiro e cozinha, em cômodos individualizados servida por infraestrutura de água, esgoto, drenagem e pavimentação de ruas

5. A remissão para lei específica.

Explicitado no artigo 129 abaixo transcrito:

Art. 129. Lei específica indeficará e proporá diretrizes especiais para as áreas passíveis de transformação em ZEIS I e ZEIS II, seguindo a proposição constante no Anexo 2, Mapa 5.

6. Caso as ZEIS já estejam demarcadas em mapas, identificar qual é o percentual da zona definido no plano.

Não consta do PD.

7. Verificar se existem definições de investimentos em equipamentos sociais nas ZEIS, tais como investimentos em educação, saúde, cultura, saneamento, mobilidade, etc.

Não consta do PD.

VI. Avaliação geral do zoneamento em relação ao acesso à terra urbanizada.

1. Qual o significado do zoneamento proposto sob o ponto de vista do acesso à terra urbanizada? (ou seja, procure avaliar o zoneamento, buscando identificar em que porções do território, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo zoneamento se favorece o acesso à terra urbanizada pelas classes populares ou, pelo contrário, se favorece a utilização das áreas pelos empreendimentos imobiliários voltados para classes médias e altas). Para fazer esta leitura, atentar para as seguintes características: tamanhos mínimos de lote, usos permitidos (incluindo possibilidades de usos mistos na edificação) e possibilidade de existência de mais de uma unidade residencial no lote.

Considerando que no § 3º, do artigo 65, o PD remete para lei específica a definição de parâmetros de uso, ocupação e o parcelamento do solo, não contamos com elementos mínimos necessários para proceder a análise solicitada.

2. Avaliar este zoneamento do ponto de vista quantitativo (percentual do território urbanizável destinado ao território popular frente ao percentual de população de baixa renda no município) e qualitativo (localização deste território no município)

Atenção: incluir as ZEIS nesta análise, porém não restringir a avaliação apenas às ZEIS, caso existam zonas do macrozoneamento que permitam, pelas características e parâmetros de uso e ocupação do solo, a produção de moradia popular. Caso estes parâmetros não sejam estabelecidos no próprio plano e sim na lei de uso e ocupação do solo, buscar a lei de uso e ocupação do solo ou lei de zoneamento em vigor.

Exceto pela previsão de ZEIS, que deverão ser identificadas e regulamentadas em lei específica, conforme estabelecido no artigo 129 do PD, não contamos com qualquer elemento indicativo de área destinada a população de baixa renda.

VII. Instrumentos de Política Fundiária

1. Para cada um dos instrumentos de políticas de solo listados abaixo, é necessário verificar:

- Identificar se os instrumentos listados abaixo estão apenas listados/mencionados ou se sua forma de aplicação específica no município está prevista.
- Caso esteja especificado sua forma de aplicação, identificar se esta é remetida à legislação complementar específica ou se é autoaplicável através do próprio plano.
- Se foi remetido para uma lei específica, se foi ou não definido um prazo para sua edição/regulamentação e qual é este prazo.
- Se é autoaplicável, identificar se está definido o perímetro aonde a lei se aplica (se esta definição faz parte de mapa anexo ao plano e/ou descrição de perímetro).
- Identificar se a utilização do instrumento está explicitamente vinculada a um objetivo/estratégia do plano ou a seu macrozoneamento. Qual?
- Caso autoaplicável, identificar se está previsto um prazo de transição entre a norma atual vigente e o novo plano.
- Identificar se estão definidos prazos para o monitoramento do instrumento;
- Identificar se estão definidos prazos para revisão dos instrumentos.
- Identificar se está definido quem aprova a sua utilização.
- Identificar se está definido o procedimento para sua utilização.
- No caso de envolver pagamentos de contrapartida, identificar se estão definidos critérios de isenção.
- Identificar se está especificada a fórmula de cálculo da contrapartida.
- Identificar para onde vão os recursos.

- Identificar qual a destinação dos recursos e suas finalidades
- Identificar quem é responsável pela gestão dos recursos.
- Identificar se o Plano diretor prevê ou define lei específica para o instrumento em questão.
- Identificar se estão definidos prazos.
- No caso do EIV, incluir a definição da linha de corte do empreendimento que estaria sujeito ao EIV.

Como se aplica¹ onde se aplica² quando se aplica³

Edificação/Parcelamento Compulsórios

IPTU progressivo no tempo

Outorga Onerosa (de direitos de construção ou alteração de usos)

Operação Interligada

ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social

Operação Urbana

Transferência do Direito de Construir

EIV – Estudos de Impacto de Vizinhança

Concessão de uso especial para moradia

Direito de superfície

Direito de preempção

Observações:

(1) Como se aplica – fazer uma descrição sucinta do funcionamento do instrumento.

(2) Onde se aplica – identificar a relação com o zoneamento ou macrozoneamento.

(3) Quando se aplica – verificar se a aplicação ocorre a partir da data de aprovação do plano; se há prazo para regulamentação; ou se há outras definições.

C. Acesso aos serviços e equipamentos urbanos, com ênfase no acesso à habitação, ao saneamento ambiental e ao transporte e à mobilidade.

O Estatuto das Cidades estabelece que o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (art. 40). Nesse sentido é fundamental avaliar em que medida o Plano Diretor aprovado pelos municípios incorpora diretrizes, instrumentos e programas visando o acesso aos serviços e equipamentos urbanos e a sustentabilidade ambiental, com ênfase no acesso à habitação, ao saneamento ambiental, ao transporte e mobilidade e ao meio ambiente urbano sustentável.

Questões centrais:

I – O Plano Diretor e a Integração das Políticas Urbanas

Buscar-se-á avaliar a existência de uma abordagem integrada das políticas urbanas através dos seguintes aspectos:

1. Definições, diretrizes e políticas que expressem essa abordagem integrada;
2. A criação de programas e a instituição de instrumentos visando a integração das políticas urbanas;

3. Identificar eventuais contradições e dicotomias entre as definições e instrumentos relativos às políticas setoriais previstas no Plano.

Não identificado

II – O Plano Diretor e a Política de Habitação.

Buscar-se-á identificar:

1. A existência de diagnóstico identificando a situação habitacional do município, com ênfase nas desigualdades sociais nas condições de moradia e no déficit habitacional. Identificar se essa avaliação incluiu levantamentos específicos ou se o plano prevê a elaboração de cadastros de moradias precárias.

O Município não conta com diagnóstico identificando sua situação habitacional.

O PD prevê nos incisos I e II do art.º 43, abaixo transcrito, elaboração de diagnóstico acerca das necessidades habitacionais do município.

Art. 43. O Plano Municipal de Habitação deverá conter, no mínimo:

I – diagnóstico das condições de moradia no Município;

II – cadastro de áreas de risco, áreas ocupadas e ocupações irregulares;

III – objetivos, diretrizes e ações estratégicas para a Política Municipal de Habitação definida nesta Lei complementar;

IV – definição de metas de atendimento da demanda, com prazos, priorizando as áreas mais carentes.

2. As diretrizes estabelecidas para a política de habitação.

Constantes do artigo 42 do PD:

3. A definição de objetivos (e o grau de concretude dos mesmos) e o eventual estabelecimento de metas concretas.

A Política de Habitação contemplada no PD não define objetivos e metas concretas, mas apenas diretrizes de caráter mais geral.

4. A definição de uma estratégia de aumento da oferta de moradias na cidade pela intervenção regulatória, urbanística e fiscal na dinâmica de uso e ocupação do solo urbano.

Não definido no PD.

5. A definição de instrumentos específicos visando a produção de moradia popular. Verificar se o plano define instrumentos específicos voltados para cooperativas populares.

Não definido no PD.

6. A criação de programas específicos (urbanização de favelas, regularização de loteamentos, etc.)

Contemplado na alínea a) do inciso V do artigo 42 abaixo transcrito:

Art. 42. Para consecução da Política Municipal de Habitação são dotadas as seguintes diretrizes:

.....
V – Promover:

a) a requalificação urbanística e regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares;

.....
7. A utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade – em especial, (i) a instituição de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, inclusive em áreas vazias;

As ZEIS foram previstas no PD entretanto sua instituição e regulamentação remetida para legislação específica.

(ii) a demarcação de áreas dotadas de infra-estrutura, inclusive em centrais, para fins de habitação popular;
Não contemplado no PD.

(iii) o estabelecimento de parâmetros de uso e ocupação do solo condizentes com os princípios da função social da propriedade;
Não contemplado no PD.

(iv) a outorga onerosa do direito de construir; (v) o parcelamento compulsório e o IPTU progressivo – e sua relação com a política de habitação definida no plano diretor, observando a aplicação desses instrumentos em áreas definidas, seus objetivos e o estabelecimento de prazos.

Estes Instrumentos encontram-se previstos e não relacionados explicitamente a questão habitacional.

8. O uso de outros instrumentos voltados para a política habitacional tais como consórcios imobiliários, operações interligadas com destinação de recursos para o Fundo de Habitação, etc.

Previsto Operação Urbana Consorciada não relacionada explicitamente a questão habitacional.

9. O estabelecimento de plano municipal de habitação, a definição de objetivos, diretrizes e o estabelecimento de prazos.

Contemplado no inciso III do artigo 42 abaixo transcrito e no artigo 43 já transcrito. Define diretrizes não estabelecendo prazos..

Art. 42. Para consecução da Política Municipal de Habitação são dotadas as seguintes diretrizes:

.....
III – Elaborar o Plano Municipal de Habitação

.....

10. A existência de princípios e objetivos que visem a ação articulada com os níveis de governo estadual e federal.

Não consta do PD.

11. A instituição de fundo específico de habitação de interesse social, ou de fundo de desenvolvimento urbano (desde que também seja destinado à habitação), e suas fontes de recursos, observando: (i) o detalhamento da destinação dos recursos do Fundo; (ii) quem gere o Fundo criado; (iii) quais são as receitas do Fundo; (iv) a necessidade de legislação específica; (v) prazos estabelecidos.

Não consta do PD.

12. A existência de definições relativas ao orçamento municipal (PPA, LDO e LOA), como tornar obrigatório a existência de um Programa de Habitação a ser contemplado nos instrumentos orçamentários PPA, LDO e LOA ou a determinação de prioridades de investimentos, a definição de obras e investimentos concretos na área habitacional, por exemplo.

Não consta do PD.

13. A definição de critérios de gênero, etnia/raça ou de outras políticas afirmativas.

Não contemplado no PD.

14. O grau de auto-aplicabilidade das definições estabelecidas na política habitacional.

Nenhum

15. A definição dos instrumentos e mecanismos de controle social na política de habitação.

Não consta do PD instrumentos e mecanismos de controle social diretamente relacionados com a Política de Habitação.

III – O Plano Diretor e a Política de Saneamento Ambiental.

Buscar-se-á identificar:

1. A existência de diagnóstico identificando a situação do município na área do saneamento ambiental, com ênfase nas desigualdades sociais no acesso ao abastecimento de água, à rede de esgotos e à coleta de resíduos sólidos, bem como a situação social relativa à gestão de recursos hídricos, em especial à drenagem urbana e seus impactos sobre as áreas sujeitas às enchentes.

Não consta informação acerca da existência de diagnóstico da situação do saneamento ambiental do município.

2. As diretrizes estabelecidas para a política de saneamento ambiental, identificando se o PD apresenta uma visão integrada de saneamento ambiental. Aqui também é fundamental verificar se na política de uso do solo há definições relativas à disponibilidade de infra-estrutura de saneamento.

Contemplado no artigo 54 do PD.

3. A definição de objetivos (e o grau de concretude dos mesmos) e o eventual estabelecimento de metas concretas. Verificar se o PD apresenta alguma definição sobre a titularidade municipal do serviço ou sobre o papel do município na gestão dos serviços, se traz alguma indicação de privatização dos mesmos, ou ainda se traz alguma informação relativa ao contrato com a prestadora de serviços.

A Política de Saneamento Ambiental estabelecida no PD se caracteriza, praticamente como uma carta de intenções, ou seja, não define metas concretas. Não consta do PD definição acerca da titularidade municipal do serviço.

4. A definição de instrumentos específicos visando a universalização do acesso aos serviços de saneamento ambiental.

Não consta do PD

5. A utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade – em especial, (i) a instituição de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, inclusive em áreas vazias; (ii) a demarcação de áreas dotadas de infra-estrutura, inclusive em centrais, para fins de habitação popular; (iii) o estabelecimento de parâmetros de uso e ocupação do solo condizentes com os princípios da função social da propriedade; (iv) a outorga onerosa do direito de construir; (v) o parcelamento compulsório e o IPTU progressivo – e sua relação com a política de saneamento ambiental definida no plano diretor, observando a aplicação desses instrumentos em áreas definidas, seus objetivos e o estabelecimento de prazos.

As ZEIS, a Outorga Onerosa do Direito de Construir, o parcelamento compulsório e o IPTU progressivo são previstas no PD, porém na definição da política de Saneamento Ambiental não há vinculação com os instrumentos acima.

6. A utilização de outros instrumentos para viabilizar a política de saneamento ambiental, tais como direito de preempção sobre áreas destinadas a implementação de estação de tratamento de efluentes; transferência de direito de construir sobre perímetros a serem atingidos por obras de implementação de infraestrutura de saneamento, etc.

Não há qualquer vinculação dos instrumentos previstos no PD com esta política setorial.

7. O estabelecimento de plano municipal de saneamento ambiental, a definição de objetivos, diretrizes e o estabelecimento de prazos.

Não contemplado no PD.

8. A existência de princípios e objetivos que visem a ação articulada com os níveis de governo estaduais e federal.

Não consta do PD.

9. A instituição de fundo específico de saneamento ambiental, ou de fundo de desenvolvimento urbano (desde que também seja destinado ao saneamento ambiental), e suas fontes de recursos, observando: (i) o detalhamento da destinação dos recursos do Fundo; (ii) quem gere o Fundo criado; (iii) quais são as receitas do Fundo; (iv) a necessidade de legislação específica; (v) prazos estabelecidos.

Não contemplado no PD.

10. A existência de definições relativas ao orçamento municipal (PPA, LDO e LOA), como a determinação de prioridades de investimentos, ou a definição de obras e investimentos concretos na área de saneamento ambiental, por exemplo.

Não consta do PD.

11. A definição de critérios de gênero, etnia/raça ou de outras políticas afirmativas.

Não contemplado no PD.

12. O grau de auto-aplicabilidade das definições estabelecidas na política de saneamento ambiental.

Nenhum

13. A definição de uma política de extensão da rede de serviços de saneamento ambiental na expansão urbana.

Não definido no PD.

14. A definição dos instrumentos e mecanismos de controle social na política de saneamento ambiental.

Não constam do PD instrumentos e mecanismos de controle sociais diretamente relacionados com a Política de Saneamento.

IV – O Plano Diretor e a Política de Mobilidade e Transporte.

Buscar-se-á identificar:

1. A existência de diagnóstico identificando a situação do município na área da mobilidade e do transporte, com ênfase nas desigualdades sociais no acesso as áreas centrais (trabalho, escola e lazer).

Não consta informação acerca da existência de diagnóstico da situação do município na área da mobilidade e do transporte.

2. As diretrizes estabelecidas para a política de mobilidade e transporte, com ênfase na inclusão social. Identificar-se-á a existência de alguma política ou diretrizes relativas às tarifas.

Não identificamos políticas ou diretrizes relativas às tarifas. As diretrizes para política de mobilidade encontram-se estabelecidos no artigo 61 e a ênfase a inclusão social encontra-se definida no artigo 55 abaixo transcrito:

Art. 55. Mobilidade Urbana é a função pública destinada a garantir acessibilidade e a circulação de pessoas e mercadorias.

§ 1º As políticas relativas à mobilidade urbana devem ser orientadas para inclusão social e responder às demandas da população em termos de acessibilidade, equidade e segurança.

3. Deve ser avaliado se as diretrizes e os objetivos de intervenção visam: a) conformar o sistema de transportes pela definição de modais com funções diferentes; b) definição do modal prioritário a ser estimulado pelo poder público; c) a existência de princípios regulatórios; d) a existência de diretrizes para integração de modais; e) a definição de uma hierarquização do sistema viário.

Os itens a, b, c e d não foram contemplados no PD. Entretanto a hierarquização do Sistema Viário consta do artigo 57 do PD, abaixo transcrito:

Art. 57. Para efeito dos programas e projetos que dizem respeito ao Sistema de Circulação e Transporte, são consideradas as seguintes categorias e hierarquização do Sistema Viário representadas no Anexo 2, Mapa 2:

I - Via Estrutural.....

II - Via Coletora Principal.....

III - Via Coletora secundária.....

IV - Via Local.....

V – Via Especial.....

4. A definição de objetivos (e o grau de concretude dos mesmos) e o eventual estabelecimento de metas concretas.

A Política de Mobilidade e Transporte estabelecida no PD se caracteriza, praticamente como uma carta de intenções, ou seja, não define metas concretas.

5. A definição de instrumentos específicos visando a ampliação da mobilidade da população e promoção de serviços de transporte público de qualidade (identificando a existência de política de promoção de ciclovias e transportes não-poluentes e/ou não-motorizados).

Contemplado nas alíneas a) e b) do inciso I do artigo 60 abaixo transcrito:

Art. 60. São objetivos do Sistema de Mobilidade Urbana:

I - Priorizar:

a) a acessibilidade de pedestres, ciclistas, pessoas com necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida, ao transporte motorizado;

b) transporte coletivo sobre o individual;

.....

6. A utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade – em especial, (i) a instituição de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, inclusive em áreas vazias; (ii) a demarcação de áreas dotadas de infra-estrutura, inclusive em centrais, para fins de habitação popular; (iii) o estabelecimento de

parâmetros de uso e ocupação do solo condizentes com os princípios da função social da propriedade; (iv) a outorga onerosa do direito de construir; (v) o parcelamento compulsório e o IPTU progressivo – e sua relação com a política de mobilidade e transportes definida no plano diretor, observando a aplicação desses instrumentos em áreas definidas, seus objetivos e o estabelecimento de prazos.

O PD não estabelece qualquer relação entre os Instrumentos da Política Urbana e a Política de Mobilidade e Transportes.

7. A utilização de outros instrumentos vinculados à política de transporte/mobilidade, tais como: operações urbanas consorciadas para viabilizar intervenções no sistema viário e/ou sistemas de transporte coletivo, transferência de potencial construtivo de perímetros a serem atingidos por obras de implementação de infraestrutura, outorga onerosa de potencial construtivo etc.

O PD não vincula os Instrumentos da Política Urbana à Política de Transporte e Mobilidade Urbana.

8. O estabelecimento de plano municipal de mobilidade e/ou de plano viário da cidade, seus objetivos, suas diretrizes e o estabelecimento de prazos.

Não contemplado no PD.

9. A existência de princípios e objetivos que visem a ação articulada com os níveis de governo estaduais e federal. No caso de municípios integrantes de RM, verificar a existência de propostas referentes à integração do sistema, integração tarifária, etc.

Não consta do PD.

10. A instituição de fundo específico de mobilidade e transportes, ou de fundo de desenvolvimento urbano (desde que também seja destinado a área de transporte e mobilidade), e suas fontes de recursos, observando: (i) o detalhamento da destinação dos recursos do Fundo; (ii) quem gere o Fundo criado; (iii) quais são as receitas do Fundo; (iv) a necessidade de legislação específica; (v) prazos estabelecidos.

Não contemplado no PD.

11. A existência de definições relativas ao orçamento municipal (PPA, LDO e LOA), como a determinação de prioridades de investimentos, ou a definição de obras e investimentos concretos na área de mobilidade e transportes, por exemplo.

Não consta do PD.

12. A definição de critérios de gênero, etnia/raça ou de outras políticas afirmativas.

Não contemplado no PD.

13. O grau de auto-aplicabilidade das definições estabelecidas na política de mobilidade e transportes.

Nenhum.

14. A definição de uma política de extensão da rede de serviços de transportes públicos na expansão urbana.

Não definido no PD.

15. A definição dos instrumentos e mecanismos de controle social na política de transporte e mobilidade.

Não constam do PD instrumentos e mecanismos de controle sociais diretamente relacionados com a Política de Mobilidade e Transporte.

V – O Plano Diretor e a Política de Meio Ambiente.

Buscar-se-á identificar:

1. A existência de diagnóstico identificando a situação do município na área do meio ambiente, com ênfase nas desigualdades sociais relacionadas aos impactos da degradação do meio ambiente sobre as diferentes áreas da cidade (localização de depósitos de lixo ou de resíduos tóxicos, disponibilidade de áreas verdes, por exemplo), na perspectiva da justiça sócio-ambiental.

Não consta informação acerca da existência de diagnóstico da situação do município na área da Política de Meio Ambiente.

2. As diretrizes estabelecidas para a política de meio ambiente. Verificar particularmente se existem dispositivos restritivos à moradia de interesse social (por exemplo, remoções de moradias em áreas de preservação).

Contemplado no inciso I do artigo 131 já transcrito.

3. A definição de objetivos (e o grau de concretude dos mesmos) e o eventual estabelecimento de metas concretas.

O PD define diretrizes e objetivos da Política de Meio Ambiente que se caracterizam, praticamente, como uma carta de intenções, ou seja, não define metas concretas.

4. A definição de instrumentos específicos visando a sustentabilidade ambiental (zoneamento ambiental e instrumentos jurídicos e fiscais). Verificar se o plano tem definições – e quais – e relativas aos seguintes pontos:

(i) Delimitação de Áreas de restrição ambiental.

(ii) Delimitação de Áreas de utilização e conservação dos recursos naturais.

(iii) Delimitação de Áreas de preservação permanente em função de situações críticas existentes.

(iv) Delimitação de Áreas a serem revitalizadas.

(v) Delimitação de Áreas a serem recuperadas ambientalmente.

(vi) Delimitação de unidades de conservação.

(vii) Delimitação de zonas de transição entre as Áreas a serem preservadas, conservadas e ocupadas.

(viii) Delimitação de Áreas de recuperação e proteção da Fauna e Flora.

(ix) Delimitação de Áreas de recuperação e proteção de Recursos Hídricos.
Não delimitadas no Plano.

5. A compatibilização do planejamento territorial com o diagnóstico ambiental, através das seguintes definições:

- (i) Delimitação de Áreas de Risco de Inundação.
- (ii) Delimitação de Áreas de Risco Geológico.
- (iii) Mapeamento da geomorfologia dos solos e aptidões.
- (iv) Mapeamento de declividades.
- (v) Delimitação de Áreas com restrição de impermeabilização dos solos.
- (vi) Delimitação de Áreas de ocupação e de expansão urbana, considerando as condições dos ecossistemas locais e a capacidade de suporte da infraestrutura.
- (vii) Delimitação de Áreas de risco à ocupação humana.
- (viii) Delimitação de Áreas de atividades agrícolas.
- (ix) Delimitação de Áreas de atividades de exploração.
- (x) Localização preferencial de comércio, indústria e serviços.
- (xi) Áreas especiais instituídas em correspondência com as atividades econômicas geradoras de impacto nos ecossistemas locais.
- (xii) Áreas especiais instituídas em correspondência com as atividades de infraestrutura urbana geradoras de impacto nos ecossistemas locais.

Não delimitadas no Plano.

6. O estabelecimento de plano municipal de meio ambiente, seus objetivos, suas diretrizes e o estabelecimento de prazos.

Não contemplado no PD.

7. A existência de princípios e objetivos que visem a ação articulada com os níveis de governo estaduais e federal.

Contemplado no inciso VI do artigo 51 abaixo transcrito:

Art. 51. A fim de assegurar o objetivo disposto no artigo 50 o Poder executivo Municipal deve:

.....

VI - estabelecer convênios, ajustes, acordos e outros atos de mesma natureza com a União, o Distrito Federal, os Estados e ou Municípios a fim de integrar e complementar as ações públicas necessárias ao gerenciamento do meio ambiente;

8. A instituição de fundo específico de meio ambiente e suas fontes de recursos, observando: (i) o detalhamento da destinação dos recursos do Fundo; (ii) quem gere o Fundo criado; (iii) quais são as receitas do Fundo; (iv) a necessidade de legislação específica; (v) prazos estabelecidos.

O PD não prevê a instituição de fundo específico de meio ambiente.

9. A existência de definições relativas ao orçamento municipal (PPA, LDO e LOA), como a determinação de prioridades de investimentos, ou a definição de obras e investimentos concretos na área ambiental, por exemplo.

Não consta do PD.

10. A definição de critérios de gênero, etnia/raça ou de outras políticas afirmativas.

Não contemplado no PD.

11. O grau de auto-aplicabilidade das definições estabelecidas na política de meio ambiente.

Nenhum

12. A definição dos instrumentos e mecanismos de controle social na política de meio ambiente.

Não constam do PD instrumentos e mecanismos de controle sociais diretamente relacionados com a Política de Meio Ambiente.

VI – O Plano Diretor e a Política Metropolitana (apenas para os municípios situados em regiões metropolitanas).

A idéia é situar os municípios segundo o grau de integração metropolitana e o grau de autonomia fiscal dos municípios (utilizando a tipologia e os estudos do Observatório das Metrôpoles)

Para os municípios situados em regiões metropolitanas, buscar-se-á avaliar em que medida os planos diretores incorporaram instrumentos de gestão compartilhada em torno das políticas urbanas. Buscar-se-á identificar:

1. A existência de diagnóstico identificando a situação do município no contexto metropolitano, com ênfase nos problemas de coordenação e cooperação entre os municípios e nas desigualdades sociais existentes na metrópole.

2. As diretrizes estabelecidas na perspectiva da integração do município à metrópole.

3. A definição de objetivos (e o grau de concretude dos mesmos) e o eventual estabelecimento de metas concretas visando uma política metropolitana.

4. A definição de instrumentos específicos visando a gestão compartilhada e cooperativa com outros municípios metropolitanos (por exemplo, a definição de consórcios municipais) e se envolve outros âmbitos federativos (estados e união).

5. O grau de auto-aplicabilidade das definições estabelecidas na política metropolitana.

Município não integrante de Região Metropolitana.

D – Sistema de Gestão e Participação Democrática

Nesse item, a avaliação está centrada nos seguintes objetivos:

(i) Identificar os elementos presentes nos planos diretores que garantam a implementação do estatuto das cidades nos itens referentes à participação social no planejamento e gestão das cidades.

Contemplado no artigo 144 abaixo transcrito.

Art. 144. A gestão Urbana se dará em consonância com as prerrogativas da democracia representativa e participativa, envolvendo o poder executivo, legislativo e a sociedade civil organizada buscando construir, por meio de um processo de negociação e co-responsabilidade.

(ii) Identificar se o plano regulamenta ou prevê a criação de Conselhos das Cidades e outros mecanismos de participação.

Contemplado no inciso I do artigo 148 abaixo transcrito:

Art. 148. O Sistema de Planejamento e Gestão Urbana se articula permanentemente com os seguintes órgãos da gestão municipal:

I órgãos colegiados:

- a) Conselho de Desenvolvimento municipal;
- b) Conselho Municipal de Desenvolvimento agropecuário;
- c) Conselho Municipal de proteção Ambiental;
- d) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- e) Conselho Municipal de Turismo;
- f) Conselho Municipal de Assistência Social;
- g) Conselho Municipal de Trânsito.

(iii) Identificar a relação entre as ações do PD e o processo orçamentário (PPA, LDO e LOA).

Relação não estabelecida no PD

(iv) Identificar as referências e definições relativas à estrutura de gestão da Prefeitura e as condições para o planejamento das ações e seu monitoramento.

Não contemplado no PD.

Questões centrais:

1. A existência de previsão de audiências públicas obrigatórias. Se sim, em que casos?

Previsto no inciso I do artigo 156 abaixo transcrito

Art. 156. De acordo com os princípios fundamentais da Constituição Federal e as diretrizes do Estatuto da Cidade, este Plano Diretor assegura a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática da política urbana, na perspectiva da formulação, implementação, gestão participativa, fiscalização e controle social, mediante os seguintes instrumentos:

- I - debates, audiências e consultas públicas;
- II – conferências municipais;
- III – conselhos
- IV - estudo de impacto de vizinhança;
- V - projetos e programas específicos;
- VI - iniciativa popular de projetos de lei;
- VII – orçamento democrático.

2. As definições relativas às consultas públicas (plebiscito; referendo popular ou outras)

Previsto no inciso I do artigo 156 já transcrito

3. As definições relativas às Conferências (identificar quais) e sua periodicidade.

Previsto no inciso II do artigo 156 já transcrito

4. A instituição de Conselho das Cidades e outros Conselhos ligados à política urbana (Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, Conselho de Transporte, Conselho de Saneamento, de Desenvolvimento Urbano, etc.) e se existem conexões ou mecanismos de articulação entre estes.

Previsto no inciso III do artigo 156 já transcrito e no inciso I do artigo 148, também já transcrito.

5. Identificar para cada Conselho:

a) Composição por Segmento (identificar os seguintes segmentos: (i) governo, (ii) empresários, (iii) trabalhadores e entidades de ensino e pesquisa, (iv) movimento popular, (v) ONGs, (vi) outros – especificar, (vii) total. Anotar o número de representantes por segmento e o percentual sobre o total de conselheiros(as). Observação: Estão sendo considerados os mesmos segmentos que orientam a composição do Conselho Nacional das Cidades

b) Composição do poder público e sociedade

Tabela – Composição poder público e sociedade

Município

Composição (Poder Público e Sociedade Civil)

Segmentos sociais representados

Participação do Movimento Popular (%)

Observações: (i) Composição: anotar a composição percentual entre o poder público e a sociedade; (ii) Segmentos sociais representados: levar em consideração dos seguintes segmentos: poder público federal; poder público estadual; poder público municipal; movimentos populares; entidades da área empresarial; entidades dos trabalhadores; entidades da área profissional, acadêmica e de pesquisa; organizações não governamentais;

(iii) Participação do movimento popular: indicar o peso relativo (%) do segmento do

movimento popular na composição total do Conselho das Cidades.

c) Caráter (consultivo ou deliberativo ou ambos)

d) Atribuições (verificar se está prevista como uma das atribuições a iniciativa de revisão dos planos diretores)

e) A definição da forma de eleição dos conselheiros.

f) A definição de critérios de gênero na composição do conselho.

6. Previsão de participação da população e de entidades representativas dos vários segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Não consta do PD.

7. A definição de criação de Fóruns entre governo e sociedade para debate de política urbanas.

Não contemplado no PD

8. A definição de criação de instâncias de participação social no orçamento público municipal (definir quais instâncias estão previstas: debates, reuniões periódicas, audiências, consultas públicas, etc. e se são condição obrigatória para o encaminhamento das propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentária e do orçamento anual).

Não consta do PD.

9. Verificar no plano diretor a relação que existe entre a definição de obras e investimentos propostos com a capacidade financeira do município (se existem definições relativas a essa relação e quais).

Não contemplado no PD.

10. A definição de outras instâncias de participação.

As instâncias de participação definidas no PD, encontram-se explicitadas no artigo 156 já transcrito.

11. Identificar a existência no plano da instituição de sistema de gestão, estrutura, composição e atribuições de cada órgão; as formas de articulação das ações dos diferentes órgãos municipais.

Não contemplado no PD.

12. Identificar no plano diretor as formas de planejamento e execução das ações; se existem definições relacionadas às formas regionalizadas e centralizadas de gestão;

Como está previsto a participação da sociedade neste processo?

Não consta do PD.

13. Identificar, no plano, as formas de monitoramento das ações no território municipal; Está previsto a participação da sociedade?

As instâncias de participação definidas no PD, encontram-se explicitadas no artigo 156, já transcrito.

14. Identificar, no plano, a referência a existência de cadastros (imobiliário, multifinalitário, georeferenciados, planta de valores genéricos e as formas de atualização) e a implementação dos impostos territoriais (IPTU, ITR e ITBI).

Observação: O ITR pode não aparecer porque o plano pode ter sido aprovado antes do ITR ser passado para o município.

Não consta do PD.

15. Identificar a previsão no plano, de revisão do código tributário.

Não consta do PD.